

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Aquisição de itens alimentícios para composição de Cesta Natalina para Município de Tarumã/SP, a serem distribuídas aos servidores públicos municipais de Tarumã/SP, conforme previsto na **Lei Municipal nº 1.331/2018**, de 28 de novembro de 2018, e regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 3.384 /2025**, de 14 de novembro de 2025.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1 Especificações e quantidade

O quantitativo estimado para atendimento da **demanda é de 929 (novecentas e vinte e nove) unidades** completas, conforme levantamento oficial realizado pela UGB de Recursos Humanos, com base no quadro de servidores ativos previsto para o exercício de 2025, conforme ETP aprovado.

Será expressamente vedada a entrega de produtos alimentícios fracionados, manipulados, sem rótulo, sem origem industrial, com rasuras, sem identificação de validade, peso líquido ou procedência. Somente serão aceitos produtos industrializados, lacrados, originais de fábrica, conforme regulação sanitária, com prazo mínimo de validade e integridade de embalagem, em observância às boas práticas de consumo e segurança alimentar.

Todo custo logístico, de transporte, armazenamento, conservação, manejo e manutenção da cadeia de frio **(especialmente para os itens do Lote 02 – carnes)** será de responsabilidade exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus ao Município, incluindo deslocamentos e equipamentos de refrigeração necessários. Não podendo incidir ônus no deslocamento para os servidores, tendo em vista a regra clara de que para retirada do lote 02, deverá o fornecedor disponibilizar um ponto de entrega no Município, que deverá atender em horário comercial, durante todo o período de retirada.

Atendendo aos critérios previstos no ETP e no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o objeto encontra-se dividido em dois lotes, permitindo maior competitividade, especialização técnica e redução de riscos logísticos:



- Lote 01 – Itens alimentícios não perecíveis para composição da Cesta Natalina;
- Lote 02 – Produtos cárneos perecíveis com cadeia de frio contínua.

Poderão participar licitantes interessadas em apenas um ou em ambos os lotes, sendo indispensável que a vencedora cumpra integralmente as exigências do respectivo lote.

1.2 Prazo de Vigência da Contratação

O prazo de vigência contratual será até **31/12/2025**, **contado da data de assinatura do contrato**, nos termos do **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**, **não se confundindo com o prazo de execução e entrega do objeto**, devendo estes constar em item específico deste Termo de Referência.

A vigência poderá ser **prorrogada por termo aditivo formal**, desde que **preservadas as condições originais da contratação**, com devida motivação administrativa e observância do interesse público, atendendo às disposições do art. 140 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Natureza do Objeto

A presente contratação tem natureza **de fornecimento de bens**, consistindo na aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição de **Cestas Natalinas (Lote 01)** e **Kits de Carne Refrigerada (Lote 02)**, para atendimento de servidores públicos municipais, conforme especificações constantes dos Anexos I e II.

O objeto enquadra-se como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, por possuir **padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado**, permitindo **comparação e aferição de equivalência técnica** entre fornecedores.

O custo estimado global da contratação será apurado pelo setor responsável, com base em **pesquisa de preços atualizada**, observando-se cumulativamente:

- I – banco de preços governamental e pesquisas públicas;
- II – consultas a fornecedores e distribuidores;
- III – contratações similares realizadas por outros entes;
- IV – valor máximo individual estipulado pela Lei Municipal nº 1.331/2018



(limite de até 8 UFESPs por cesta)

2. FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea b, Lei nº 14.133/2021).

A presente contratação decorre da necessidade administrativa de **aquisição de gêneros alimentícios para composição de Cestas Natalinas (Lote 01) e Kits de Carne Refrigerada (Lote 02)**, destinados aos servidores públicos municipais de Tarumã/SP, em respeito à tradição institucional de valorização do quadro funcional, regularmente prevista na **Lei Municipal nº 1.331/2018**, e regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 3.384/2025**

A fundamentação da necessidade encontra-se devidamente demonstrada e motivada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, o qual integra este Termo de Referência como **documento indissociável e complementar**, atendendo integralmente aos requisitos do planejamento prévio e às diretrizes dos arts. 5º, 6º, XX e 18 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação visa assegurar **qualidade, segurança alimentar, eficiência logística, economicidade, padronização de itens e tratamento isonômico aos beneficiários**, observando rigor técnico, sanitário e normativo, conforme critérios definidos no ETP e nos Anexos I e II deste instrumento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, alínea c, Lei nº 14.133/2021)

A solução contratual consiste no fornecimento integral de cestas natalinas, compostas pelos itens alimentícios do **Lote 01**, e disponibilização de **Kits de Carne Refrigerada**, nos termos do **Lote 02**, conforme especificações detalhadas nos Anexos I e II.

A entrega das **cestas natalinas (Lote 01)** ocorrerá **em local que será indicado** e em cronograma a ser formalmente enviado à contratada, devendo todas as cestas estar **individualmente embaladas, lacradas e identificadas**, de modo a preservar sua integridade e rastreabilidade, atendendo ao disposto no ETP

Os **Kits de Carne Refrigerada (Lote 02)** serão disponibilizados para **retirada individual pelos servidores**, diretamente no estabelecimento da



contratada, **até 31/12/2025**, conforme critérios, requisitos sanitários e cadeia de frio exigidos no ETP.

Caso a contratada não esteja sediada no Município de Tarumã, deverá **obrigatoriamente instalar ponto de atendimento e armazenagem refrigerada local**, conforme item 5.2 do ETP

Cada UBG, por meio de servidor designado, deverá **registrar formalmente o recebimento**, dar ciência de eventuais ocorrências e reportar inconformidades ao gestor ou fiscal do contrato, observando o procedimento de **recebimento provisório e definitivo**, previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea d, Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá comprovar, mediante atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, **aptidão compatível em características, quantidades e prazos** relativos ao objeto licitado, conforme **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**.

As empresas participantes deverão apresentar **amostras dos itens do Lote 01**, quando formalmente solicitadas pela Administração, **após a fase de julgamento das propostas**, como condição prévia à habilitação definitiva, mediante ato motivado da Administração, observando o art. 17, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

Obs.: Em respeito à competitividade, o Lote 02 (carnes) poderá ser submetido à verificação técnica in loco e documental, conforme regras sanitárias, substituindo a exigência de amostra perecível.

A contratada deverá observar, cumprir e manter **integral aderência** ao edital, ao contrato, aos anexos, às normas de fiscalização, às diretrizes sanitárias e às condições constantes da sua proposta comercial, arcando com **todos os encargos inerentes ao objeto**, nos termos dos arts. 62, 117 e 121 da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, **plenas condições de habilitação e qualificação técnica, fiscal, administrativa e econômico-financeira**, sendo passível de **rescisão, penalidades ou glosas**, caso haja alteração negativa de sua capacidade.



A contratada deverá **suportar integralmente todos os custos, responsabilidades, ônus, tributos, licenças, logística e cadeia de frio**, incluindo perdas, avarias e deterioração, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas, sanitárias ou penais.

Fica a contratada obrigada a **corrigir, substituir ou recompor o objeto** no prazo máximo de **03 (três) dias**, quando houver inconformidade ou irregularidade técnica, preservando a rastreabilidade e a segurança alimentar.

Demais condições, limitações técnicas, especiais sanitárias e padrões mínimos encontram-se consolidados no **Estudo Técnico Preliminar e seus anexos**

5. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A presente licitação observará integralmente o tratamento favorecido às **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, previsto nos **arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006**, assegurando-se:

I – tratamento jurídico diferenciado;

II – preferência no critério de desempate, conforme art. 44 da LC 123/2006;

III – possibilidade de regularização fiscal tardia, nos termos do art. 43 da LC 123/2006.

Não será adotada cota reservada destinada exclusivamente a ME, EPP e MEI, com fundamento expresso no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, o qual permite ao Poder Público **deixar de aplicar o benefício quando houver comprovado prejuízo à execução do objeto ou à padronização exigida pela Administração**.

No caso concreto, a composição da cesta natalina e a entrega do kit de carnes **exigem uniformidade absoluta entre todas as unidades** quanto a:

a) tipo e especificação dos produtos;

b) marcas e pesos definidos;



- c) padrão visual e de apresentação;
- d) prazo de validade;
- e) qualidade sensorial, nutricional e sanitária;
- f) embalagem e forma de acondicionamento.

A eventual divisão do objeto entre fornecedores diferentes **poderia resultar na entrega de cestas com itens distintos**, ainda que equivalentes no mercado, violando:

- **isonomia material entre servidores,**
- **impeccabilidade** (CF, art. 37, caput),
- **padronização e coerência administrativa,**
- **finalidade institucional de valorização e reconhecimento coletivo,**
- **segurança sanitária e rastreabilidade dos alimentos,**
- **credibilidade do ato público de entrega.**

Assim, a não aplicação da cota reservada decorre de **fundamentação legal expressa, motivação técnica comprovada**, e se alinha ao dever de **eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público primário**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e”, Lei nº 14.133/2021)

A execução contratual dar-se-á mediante **fornecimento integral do objeto**, dividido em **Lote 01 – Cestas Natalinas** e **Lote 02 – Kits de Carne Refrigerada**, conforme especificações constantes dos **Anexos I e II**, em estrita observância às exigências técnicas, sanitárias, logísticas e operacionais previstas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

O início da execução será **imediato à assinatura do contrato e à emissão da Nota de Empenho**, sendo a **entrega operacional** realizada no prazo, local, quantidade e condições estabelecidas pela Administração, observada a obrigação de atendimento **íntegro e uniforme** do objeto.

Entrega do Lote 01 – Cestas Natalinas:

A entrega das cestas deverá ocorrer **em ato único e integral**, em data, horário e locais previamente definidos e **formalmente comunicados** à contratada, devendo as unidades estar **totalmente embaladas, lacradas,**



identificadas e completas, assegurando-se a padronização e a rastreabilidade.

Retirada do Lote 02 – Kits de Carne Refrigerada:

Os produtos do Lote 02 serão disponibilizados para **retirada individual** pelos servidores beneficiários, **diretamente no ponto de entrega da contratada**, até o dia **31 de dezembro de 2025**, garantindo-se o rigor da **cadeia de frio contínua**, desde a origem até a efetiva retirada.

Caso a contratada esteja sediada fora do Município de Tarumã/SP, deverá **obrigatoriamente instalar ponto de distribuição local**, com estrutura física e equipamentos frigoríficos adequados, de forma a **eliminar deslocamentos indevidos e garantir segurança alimentar**.

É **de responsabilidade exclusiva da contratada** a logística completa de transporte, acondicionamento, armazenamento, integridade das embalagens, controle de temperatura, segurança sanitária e rastreabilidade, **não sendo permitido repasse, terceirização ou subcontratação parcial** sem autorização expressa da Administração.

O recebimento provisório e definitivo observará o disposto no **art. 141 da Lei nº 14.133/2021**, cabendo à fiscalização registrar ocorrências, determinar correções, substituições ou rejeição total ou parcial, quando necessário.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO Art. 6º, XXIII, alínea “f”, Lei nº 14.133/2021)

A gestão do contrato será operacionalizada com observância dos princípios da legalidade, eficiência, segurança jurídica, segregação de funções, rastreabilidade documental e controle interno, nos termos dos arts. 115 a 121, 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

Compete ao(s) fiscal(is) acompanhar, verificar, conferir e registrar a correta execução do objeto contratado, evidenciando o atendimento às especificações previstas no edital, Termo de Referência, proposta vencedora e contrato.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e nos termos da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada qual pelas consequências da inexecução total ou parcial (art. 115,



caput).

Em caso de impedimento, determinação de paralisação, suspensão ou ocorrência de caso fortuito ou força maior, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante apostilamento (art. 115, §5º).

A fiscalização será exercida por servidor formalmente designado, admitida a substituição mediante ato administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

O fiscal deverá registrar, em documento próprio e integrante do processo, **todas as ocorrências relevantes**, anormalidades verificadas, medidas corretivas determinadas e prazos concedidos (art. 117, §1º).

O fiscal comunicará à autoridade superior, por escrito e tempestivamente, quaisquer fatos que demandem decisão administrativa ou ultrapassem os limites de sua competência (art. 117, §2º).

A contratada deverá reparar, corrigir, substituir ou recompor, às suas expensas, o objeto do contrato quando constatados vícios, defeitos ou incorreções, inclusive de natureza sanitária ou de acondicionamento (art. 119).

A contratada responderá integralmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros em razão da execução contratual, independente de culpa, não havendo transferência de responsabilidade pela atuação fiscalizatória do Poder Público (art. 120).

A contratada é exclusiva responsável pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários, logísticos, sanitários e comerciais decorrentes da execução contratual (art. 121, caput).

A inadimplência trabalhista ou fiscal da contratada **não transfere responsabilidade à Administração**, nem autoriza oneração do objeto (art. 121, §1º).

As comunicações entre Administração e contratada serão formalizadas **por escrito** e juntadas ao processo administrativo, admitida comunicação eletrônica com comprovação de envio e recebimento.

O contratante poderá convocar representante da empresa, a qualquer



tempo, para reunião de ajuste, solução de irregularidades ou realinhamento de execução.

Após a assinatura do contrato, a Administração convocará representante da contratada para **reunião inicial de gestão**, oportunidade em que serão apresentados: plano de fiscalização, cronograma, obrigações, parâmetros de aceitabilidade, riscos, controles, formas de registro e penalidades.

Antes de cada pagamento será verificada a manutenção da regularidade cadastral, tributária, trabalhista e previdenciária da contratada, com consulta ao SICAF ou sistemas equivalentes.

Serão exigidas, quando não verificáveis eletronicamente, as seguintes comprovações mínimas:

I — CND conjunta RFB/PGFN;

II — CRF-FGTS;

III — CNDT;

IV — comprovação de enquadramento no Simples Nacional, quando for o caso.

V – Outros documentos necessários para comprovação da regularidade fiscal da empresa;

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022. 8.4. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.2. Obrigações da Contratante

- a) Disponibilizar à contratada informações, documentos e diretrizes necessários à execução contratual.
- b) Efetuar os pagamentos nos prazos e condições contratualmente previstos, após recebimento provisório ou definitivo, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- c) Fiscalizar o objeto de forma contínua, determinando ajustes, substituições ou correções quando necessário, respeitados os limites legais e contratuais.
- d) Designar como **Gestor do Contrato** a servidora **Luciana Alves Martins Honório**
- e) CPF **304.092.998-47**
- f) Designar como Fiscal do Contrato a servidora **Patricia Quintino Dutra** portadora do CPF nº. 349.087.088-35

7.3. Obrigações da Contratada

- a) Executar integralmente o objeto, atendendo às especificações, quantidades, prazos, padrões sanitários, logísticos e de qualidade definidos neste Termo de Referência.
- b) Assumir integralmente todos os custos da execução, inclusive transporte, seguros, encargos, tributos e exigências sanitárias.
- c) Manter, durante toda a execução, as mesmas condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação.



- d) Substituir ou recompor imediatamente, no prazo máximo fixado pela Administração (preferencialmente 24 horas), qualquer item entregue com divergência, vício, dano ou impropriedade para consumo.
- e) Responder por danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive os decorrentes de falha logística, perda de cadeia de frio, transporte inadequado ou acondicionamento impróprio.
- f) Aceitar acréscimos ou supressões de até 25% sobre o valor contratual, nos termos da lei.
- g) Comparecer às reuniões convocadas pela Administração e atender, com prioridade, às solicitações de adequação e esclarecimento.
- h) Estar ciente de que o descumprimento contratual poderá ensejar aplicação de penalidades, rescisão e comunicação aos órgãos de controle.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE, e modo de disputa ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO.

8.2 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3 Habilitação jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de



- Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
 - f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz .
 - h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
 - i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



- Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - d) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
 - e) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);
 - f) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
 - g) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - i) Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - j) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
 - k) Qualificação Econômico-Financeira
 - l) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
 - a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

8.5 Qualificação Técnica



- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação; Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.
- b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As dotações para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato:

Ficha	Valor estimado da Reserva
51	R\$ 10.069,44
89	R\$ 9.773,28
67	R\$ 23.396,64
192	R\$ 9.773,28
107	R\$ 296,16
97	R\$ 296,16
107	R\$ 296,16
131	R\$ 6.811,68
602	R\$ 296,16
697	R\$ 1.184,64
634	R\$ 4.146,24



634	R\$ 4.442,40
621	R\$ 4.442,40
634	R\$ 4.146,24
747	R\$ 2.665,44
577	R\$ 2.665,44
775	R\$ 592,32
784	R\$ 1.776,96
602	R\$ 592,32
707	R\$ 888,48
757	R\$ 1.184,64
852	R\$ 296,16
259	R\$ 2.369,28
315	R\$ 5.627,04
389	R\$ 3.553,92
338	R\$ 592,32
245	R\$ 296,16
379	R\$ 1.776,96
279	R\$ 888,48
356	R\$ 15.696,48
350	R\$ 11.846,40
344	R\$ 13.031,04
284	R\$ 13.919,52
291	R\$ 15.104,16
305	R\$ 11.254,08
298	R\$ 11.550,24
230	R\$ 2.073,12
444	R\$ 2.369,28
456	R\$ 2.961,60
465	R\$ 2.961,60
474	R\$ 2.961,60
541	R\$ 7.700,16
89	R\$ 1.776,96
141	R\$ 23.100,48
811	R\$ 888,48
862	R\$ 296,16
838	R\$ 888,48
820	R\$ 592,32
801	R\$ 1.480,80
401	R\$ 2.073,12



42	R\$ 1.480,80
42	R\$ 296,16
8	R\$ 2.073,12
731	R\$ 16.584,96
117	R\$ 2.369,28
72	R\$ 1.184,64
72	R\$ 592,32
847	R\$ 888,48
Total Financeiro	R\$ 275.132,64

Luciana Alves Martins Honório

CPF: 304.092.998-47

Patricia Quintino Dutra

CPF nº. 349.087.088-35

